

EDITORIAL

Os ensaios aqui recolhidos representam um balanço da atual discussão crítica sobre Hegel e Marx, delineado a partir de diversas perspectivas por pesquisadores do campo da filosofia que atuam em vários países (Brasil, Chile, Itália e Alemanha). Dado que a presente iniciativa não é a primeira que aborda a relação entre o pensamento de Hegel e de Marx, cabe inseri-la na situação atual da pesquisa.

A separação disciplinar entre economia e filosofia é um traço (e, de certo modo, um obstáculo) da situação da pesquisa sobre a teoria de Marx. A finalidade do *International Symposium of Marxian Theory* (ISMT), constituído no fim dos anos oitenta por Fred Moseley, foi justamente reunir filósofos e economistas para remediar essa falta de comunicação. Nos últimos vinte anos, na América do Norte e na Europa, multiplicaram-se estudos que tentam reaproximar Hegel e Marx para além da dicotomia entre materialismo e idealismo, o que impõe a necessidade de balanços e de contribuições para uma releitura da conexão Hegel-Marx para além das escolas marxistas tradicionais do século XX.¹ Nosso Dossiê situa-se nesse complexo contexto histórico, geográfico e intelectual. É mais uma contribuição que atesta o nível de conscientização da pesquisa sobre a conexão Hegel-Marx também nas instituições de pesquisa do Brasil.

O leitor legitimamente poderia perguntar se ainda há novidades a serem relatadas sobre a relação Hegel-Marx. Parece que no debate sobre Marx, em que o tema proposto recebeu muitas respostas contrastantes, consolidou-se a opinião de que a relação entre Marx e Hegel alcançou um grau satisfatório de análise e já não é digna de qualquer discussão mais aprofundada. Esta tendência constitui um obstáculo para uma reavaliação da sua relação. Para questionar esse limite de fundo, o presente volume visa superar alguns pressupostos enrijecidos da interpretação de Hegel e Marx e, simultaneamente, abrir novas perspectivas para a compreensão de ambos. Tendo em vista essa finalidade, é ainda mais gratificante que

¹ Sobre a atual discussão relativa a Hegel e Marx cf. a seguinte literatura: Victoria Fareld, Hannes Kuch (Orgs.). *From Marx to Hegel and Back. Capitalism, Critique and Utopia*. London: Bloomsbury Publishing, 2020. Revista *Philosophica*, nº 54, Hegel e Marx, Lisboa, novembro de 2019. Jan Kandiyali (Org.). *Reassessing Marx's Social and Political Philosophy. Freedom, Recognition and Human Flourishing*. New York: Routledge, 2018. Richard Sorg. *Dialektisch denken*. Köln: PapyRossa Verlag, 2017. Andreas Arndt. *Geschichte und Freiheitsbewusstsein. Zur Dialektik der Freiheit bei Hegel und Marx*. Berlin: Eule der Minerva Verlag, 2015. Roberto Finelli. *Il parricidio compiuto. Il confronto finale di Marx con Hegel*. Milano: JacaBook, 2014. F. Moseley/T. Smith (Orgs.) *Hegel's Logic and Marx's Capital*, Leiden-Boston, Brill, 2014. Roberto Fineschi. *Marx e Hegel. Contributi per una rilettura*. Roma: Carocci, 2006. Chris Arthur. *The New Dialectic and Marx's Capital*. Leiden-Boston: Brill, 2004. Marek J. Siemek. *Von Marx zu Hegel. Zum sozialphilosophischen Selbstverständnis der Moderne*. Würzburg: Königshausen&Neumann, 2002. Andreas Arndt. *Dialektik und Reflexion. Zur Rekonstruktion des Vernunftbegriffs*. Hamburg: Meiner, 1994. Tony Smith. *The Logic of Marx's Capital. Replies to Hegelian Criticism*. New York: SUNY. 1990.

tenha sido possível publicar um volume sobre a relação entre Hegel e Marx com um caráter verdadeiramente internacional.

Pode-se perguntar, em primeiro lugar, o que impulsiona uma mudança de perspectiva sobre o problema da relação Hegel-Marx e, em segundo lugar, por que ela seria relevante. A primeira questão pode ser respondida fazendo referência a dois acontecimentos. O primeiro é a conscientização, cada vez maior proporcionalmente ao distanciamento do colapso do socialismo soviético, da distinção entre a teoria de Marx e o marxismo (com todas as suas variedades históricas) enquanto praxe política orientada pelas concepções de Marx. O segundo é a nova edição crítica das obras completas de Marx e Engels, a *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA²), cuja história, iniciada em 1975, inaugurou a possibilidade de repensar a totalidade da obra de Marx e o conhecimento de uma estratificação interna da interpretação marxiana de Hegel. A segunda questão envolve as razões de um ‘retorno’ do interesse na obra de Marx numa época caracterizada pelo fim da ilusão de vivermos no assim chamado ‘fim da história’ (Fukuyama), ou seja, a ilusão de que a queda da União Soviética e o fim da Guerra Fria fossem reservar ao futuro do gênero humano apenas o domínio definitivo do capitalismo gerido por modelos de democracia liberal, liderados pelos países mais ‘avançados’. A crise desse modelo político, as crises econômicas (especialmente a crise mundial de 2007-08) e a crescente crise ambiental, juntamente com a emergência de novas ‘guerras quentes’ (com significativas devastações sociais e problemas de migração internacional) e novos protagonistas das relações internacionais, além da Europa e dos EUA, levam a fazer um diagnóstico do tempo presente muito mais crítico e mais complexo do que se poderia fazer no início otimista dos anos 90.

O retorno a Marx é motivado pelo fato de que, com o declínio do Estado de bem-estar social, a forma de vida capitalista tornou cada vez mais manifestas aquelas dinâmicas de autovalorização do capital e de exploração do trabalho que Marx já tinha diagnosticado na teoria de *O Capital*. Está se tornando cada vez mais evidente, em primeiro lugar, que o trabalho assalariado a serviço do capital é incompatível com uma vida boa e, em segundo lugar, que o capitalismo não é passível de reforma. Por isso, o retorno às críticas de Marx ao capitalismo torna-se cada vez mais necessário, pois Marx é o único pensador que de fato se envolveu teoricamente com o capitalismo e quis ir ao fundo da questão. Para levar a cabo essa tarefa, ele lançou mão também de um sofisticado arsenal teórico desenvolvido por Hegel.

Numa época em que em muitos países do mundo a direção política está mais à direita, em que o nacionalismo, o populismo, a supressão da resistência social e os ataques

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 9	n. 18	Outubro 2020	p. 8-24
--------------------------	-------	-------	--------------	---------

contra cientistas e intelectuais estão em ascensão, torna-se importante compreender uma teoria que vai até o fundo desses fenômenos. Apenas sobre essa base podem ser elaboradas estratégias ou táticas de enfrentamento político que levantam a questão do sistema. No entanto, não deixa de ser paradoxal que, quando falamos de crítica ao sistema, ela parece vir da direita radical, que nos países em que conquistou democraticamente o poder, mobiliza o povo contra as instituições do Estado de direito, tais como o parlamento, o poder judiciário e a imprensa, que ela vê como um obstáculo irritante ao exercício do seu poder governamental. Isto é o que estamos testemunhando, por exemplo, nos Estados Unidos, no Brasil, na Polônia e na Hungria. Entretanto, a crítica da direita ao sistema não é dirigida contra o próprio capitalismo. Ao contrário, os populistas de direita querem colocar o capitalismo a serviço do Estado e da nação, para que o Estado ou a nação possa ocupar um lugar privilegiado no cenário internacional das potências nacionais – à custa da população trabalhadora. Os populistas de direita não têm uma atitude amistosa para com os trabalhadores. O mesmo vale em relação à natureza. Eles consideram a ecologia e a proteção do clima como puras restrições ao crescimento econômico nacional. A ascensão do extremismo de direita e do nacionalismo autoritário, os crescentes conflitos geopolíticos e a crescente ameaça global de guerra, as guerras comerciais, o enfraquecimento das instituições multilaterais, a dramática aceleração das mudanças climáticas, a extinção de espécies, o lixo nuclear ineliminável, a fuga de milhões de pessoas da guerra, da pobreza e da fome, a competição político-econômica entre nações e a emergência de novas distorções econômicas e sociais face à crise do coronavírus são as insígnias da nova era. Estamos vivendo uma época de mudanças, em relação à qual se levanta a questão se ela pode levar a um ponto de viragem para melhor, isto é, para uma emancipação político-social.

Diante das críticas da direita ao sistema², a esquerda se vê cada vez mais inclinada a tomar a posição de defensora de um capitalismo socialmente moderado e ecologicamente sensível. Numa surpreendente inversão de papéis, a esquerda (pelo menos a esquerda como parte do jogo representativo de uma social-democracia ou de uma democracia liberal) deixa de ser a força política que propõe um discurso de alternativa global ao sistema político-econômico vigente, na medida em que reduz a sua crítica ao capitalismo a uma contenção sócio-política do capitalismo. De fato, pode-se afirmar que a esquerda política se tornou a guardiã e a administradora do capitalismo liberal-democrata. A crítica da direita ao sistema e

² Para a direita política, o termo “sistema” não tem o significado do sistema social, mas o significado populista do *establishment*.

a defesa do sistema por parte da esquerda têm uma coisa em comum: tanto a direita como a esquerda querem um capitalismo próspero para o sucesso da nação. Até agora, duas direções emergiram nas mudanças dos tempos do capitalismo contemporâneo: um capitalismo autoritário e um capitalismo domesticado pela consideração de fatores sociais e ecológicos. Ambas as variantes são tentativas de “manter o ritmo”, como que alternativas para salvar o capitalismo, sem, portanto, questioná-lo a fundo.

Recentemente, em seu livro *Capital e Ideologia*, Thomas Piketty sugeriu uma proposta para frear o capitalismo.³ Para Piketty, a desigualdade social das atuais “sociedades hiper-capitalistas” não é apenas um fenômeno econômico, mas também político e ideológico, que ele gostaria de corrigir com a velha ideia social-democrata do “socialismo participativo e descentralizado”. Ele está competindo com a demanda por uma renda básica incondicional, que é popular entre os esquerdistas, mas que está ganhando também cada vez mais adeptos entre os empreendedores lúcidos: a ideia de uma espécie de herança básica de 120.000 Euros a ser paga a cada cidadão a partir do 25º aniversário. Ambas são propostas para manter as pessoas capazes e dispostas a trabalhar e atuar como poder de compra, já que elas estão se tornando massivamente supérfluas em face da ameaça da digitalização da circulação do capital. Em seu livro anterior, *O Capital no século XXI*⁴, Piketty indicou o mecanismo econômico da crescente desigualdade da seguinte forma: quando o crescimento econômico é superado pela renda do capital, a riqueza criada e herdada cresce “por si mesma” mais rapidamente do que a renda do trabalho, aumentando, assim, a desigualdade. Piketty visa o retorno a um capitalismo em que trabalhar vale a pena, o que, no que diz respeito ao trabalho assalariado, nunca foi o caso. O ideal pelo qual Piketty é guiado não é difícil de ver: é o ideal de um capitalismo que supera seu fraco crescimento e retorna a uma pretensa meritocracia, à justiça do desempenho que nunca existiu.

A crítica à direita radical não deve esquecer a crítica ao capitalismo. Com Max Horkheimer poder-se-ia dizer: “Quem não quer falar do capitalismo deve também calar sobre o fascismo”.⁵ Há ainda críticas da esquerda ao sistema? Há movimentos que criticam o capitalismo, tais como Attac e Occupy etc., mas eles geralmente se concentram em certos aspectos do capitalismo – palavras-chave são capitalismo financeiro ou capitalismo kamikaze etc. Atualmente, há os teóricos do pós-crescimento que acreditam que é possível uma saída da

³ Piketty, Thomas. *Capital e Ideologia*. Barcelona: Editora Deusto, 2019.

⁴ Piketty, Thomas. *O Capital no Século XXI*. São Paulo: Editora Intrínseca, 2019.

⁵ Horkheimer, Max. *Die Juden und Europa [Os judeus e a Europa]*. In: *Studies in Philosophy and Social Science*. Bd. 8. The Institute of Social Research. New York 1949, p. 115.

sociedade de crescimento capitalista, representantes de um capitalismo verde com energias renováveis (Green Capitalism).⁶ Mas um capitalismo de “estado estacionário” parece ser uma ilusão. Afinal de contas, Marx provou, no Volume 2 de *O Capital*, que um capitalismo exitoso necessita de uma certa taxa de acumulação do capital. Também na Filosofia Social contemporânea esse modelo de crítica é predominante. Exemplar a esse respeito é a teoria de Axel Honneth, o qual, em *A Ideia de Socialismo*⁷, vai colocar em questão a conexão necessária desvelada por Marx entre a esfera da circulação simples de mercadorias e a esfera da produção, ou, na sua própria linguagem, entre economia de mercado e capitalismo, sendo este tomado como um desenvolvimento falho dos bons ideais normativos da economia de mercado. O Estado teria, nesse modelo de crítica, a função de proteger a primeira dos excessos do segundo. Esses críticos do capitalismo falam que de fato Marx compreendeu algumas mazelas do capitalismo, mas por não haver alternativas à economia de mercado, é preciso interpretar a crítica ao capitalismo de Marx no interior do horizonte de pensamento de Hegel e Durkheim, a fim de melhorá-lo.⁸ Em ambos os casos, nas teorias do pós-crescimento e na de Honneth, um bom capitalismo é colocado contra um capitalismo solto e excessivo, sem criticar o próprio capitalismo.

Estes esforços são documentos de uma consciência crítica fragmentada. Seu trabalho na revolta contra o todo continua errático, porque eles não atacam o próprio núcleo da sociedade capitalista. Neste contexto, também o movimento dos sem-teto e sem-terra, o movimento pela justiça climática, a solidariedade dos refugiados, as iniciativas antifascistas e antirracistas etc. poderiam ser mencionados. Particularmente em risco no Brasil está qualquer pessoa que pesquisa gênero e sexualidade e reflete criticamente sobre a forma tradicional da família. Embora estes movimentos lutem contra as situações de miséria em muitos setores da sociedade, eles continuam presos no particular.

Há, de fato, alguns intelectuais da esquerda que criticam o sistema econômico e político da sociedade moderna. O antropólogo americano David Graeber sustenta posições

⁶ Cf., por exemplo, Ulrich Brand, Markus Wissen. *Sozial-ökologische Krise und imperiale Lebensweise. Zu Krise und Kontinuität kapitalistischer Naturverhältnisse*. [Crise sócio-ecológica e estilo de vida imperial. Sobre a crise e a continuidade das condições naturais capitalistas]. In: Alex Demirovic u.a. (Orgs.), *VielfachKrise im finanzdominierten Kapitalismus*. In Kooperation mit dem wissenschaftlichen Beirat von Attac. Hamburg: VSA, 2011, pp. 78-93.

⁷ Cf. Axel Honneth. *A Ideia de Socialismo*. Lisboa: Edições 70, 2017.

⁸ Ver, quanto a isso, Axel Honneth. *Das Recht der Freiheit. Grundriss einer demokratischen Sittlichkeit*, Berlin: Suhrkamp, 2011, pp. 356-357.

anarquistas e retoma a tradição do anarco-comunismo e do comunismo de conselhos.⁹ Todavia, ele defende a abolição da dominação estatal sem refletir sobre as razões que a tornam necessária. Seu diagnóstico de que o progresso técnico leva à racionalização da produção e à criação de cada vez mais empregos “improdutivos”, que, no entanto, são “besteiras” (“bullshit”) e cuja finalidade é suportar essa insensatez, nada tem a ver com a dura realidade econômica daqueles que dependem da venda da sua força de trabalho ao capital para sobreviver.¹⁰ Graeber critica a exploração capitalista precisamente por ela carecer de um sentido superior. Se esses trabalhos improdutivos não fossem “besteiras”, Graeber não encontraria nada para criticar neles. A este respeito, o seu diagnóstico é uma má crítica à subjugação do trabalho ao capital.

Em *Menos do que Nada. Hegel e a sombra do Materialismo Dialético*, uma extensa nota de rodapé sobre a filosofia de Hegel¹¹, Slavoj Žižek não conseguiu esclarecer a relação dos pensamentos hegelianos com sua interpretação marxiana para uma crítica do capitalismo. Pelo contrário, ele próprio rejeitou a boa ideia marxiana do comunismo, que ele inicialmente queria salvar das más consequências do verdadeiro comunismo prático, e finalmente diagnosticou um fracasso da rebelião durante 2000 anos, sem falar que ele acredita que ela é possível como revolução comunista. Por conseguinte, a rejeição de Marx por Žižek não é direta, mas mediada pela rejeição do socialismo real, contra o qual ele inicialmente defendeu Marx. Ele é um anticomunista, mas quer agir como esquerdista. De acordo com Žižek, não existe uma alternativa claramente discernível ao capitalismo, e encarar este fato seria um verdadeiro ato de coragem. Embora ele fale repetidamente de uma reinvenção do comunismo, para ele isso equivale ao retorno do Estado de bem-estar nas democracias ocidentais. Caso contrário, o capitalismo poria fim a si mesmo por causa de seus antagonismos.¹² Recentemente, Žižek vem exortando a esquerda: “Esqueça a revolução e, em vez disso, reflita sobre o que antes era uma política conservadora decente”.¹³ Ele pede consistência e seriedade em um capitalismo que saiu dos trilhos. Só assim se pode lutar pela

⁹ Cf. Graeber, David. *La utopía de las normas. De la tecnología, la estupidez y los secretos placeres de la burocracia*. Editora: Ariel, 2015.

¹⁰ Cf. Graeber, David. *Bullshit Jobs: A Theory*. Editora: Simon & Schuster, 2018.

¹¹ Cf. Slavoj Žižek. *Menos do que nada: Hegel e a sombra do Materialismo Dialético*. Editora: Boitempo, 2013.

¹² Cf. Slavoj Žižek. *A coragem da desesperança: Crônicas de um ano em que agimos perigosamente*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Edição Zahar, 2019.

¹³ Cf. Slavoj Žižek. *Neue Züricher Zeitung* 06.02.2020.

mudança, diz ele, porque um capitalismo bem supervisionado se esvazia por dentro. Esta é a dialética de Žižek: o movimento que necessariamente leva ao declínio e ao fracasso.¹⁴

Alain Badiou mantém a “hipótese comunista” com uma certa tenacidade típica da idade.¹⁵ Contudo, o sujeito da decisão entre capitalismo e comunismo, que ele dramatiza moralmente como uma decisão entre salvação e queda na barbárie, não é um sujeito real, mas a “humanidade”, a essência genérica de Feuerbach e do jovem Marx, um ente moral ideal. No entanto, seus quatro princípios do comunismo são dignos de consideração: a abolição da propriedade privada capitalista dos meios de produção, da divisão do trabalho e das restrições da identidade, incluindo as da identidade nacional, e a dissolução gradual do Estado em decisões coletivas. Na verdade, mesmo no seu caso, não se pode ignorar uma falta de objetividade na crítica e um exagero moral da alternativa ao capitalismo, que substitui a argumentação concisa por uma complacência dogmática.

Christoph Menke aponta para um problema da teoria e da prática marxianas do comunismo: embora essa teoria exija a ativação da participação política geral em contraste com a despolitização jurídica da sociedade burguesa, ela negligenciaria o direito subjetivo à abstenção da atividade política, não se dando conta que isso poderia levar a um ativismo político e a um terrorismo em relação ao indivíduo, pois não deixaria nenhuma forma de movimento para a inércia social da felicidade individual.¹⁶ É questionável, no entanto, se a ideia de uma politização completa da sociedade vai ao encontro da alternativa política ao capitalismo vislumbrada pela teoria de Marx.

Além dos críticos de esquerda do sistema econômico e da dominação política, há também os pesquisadores sérios de Marx, os assim chamados marxólogos, que fazem da filologia de Marx o ponto de partida para entender a teoria de Marx. Eles zelam pela distinção entre a doutrina supostamente pura de Marx e o marxismo da classe trabalhadora de Engels. Além de alguns ramos da Teoria Crítica, que sempre se preocupou com a propaganda da impossibilidade da prática revolucionária, seus representantes são os intelectuais que ainda lidam com Marx nas universidades. Um outro aspecto que precisa ser considerado no campo acadêmico é o seguinte: pode ser constatada com frequência a tendência a transformar a

¹⁴ Cf. também o livro mais recente de Žižek: *Wie ein Dieb bei Tageslicht: Macht im Zeitalter des posthumanen Kapitalismus* [Como um ladrão à luz do dia: poder na época do capitalismo pós-humano]. Frankfurt a. M.: S. Fischer, 2019.

¹⁵ Cf. Badiou, Alain. *L'hypothèse Communiste*. Éditions Lignes, 2009.

¹⁶ Cf. Menke, Christoph. *Kritik der Rechte* [Crítica dos direitos]. Berlin: Suhrkamp, 2015.

crítica de Marx ao capitalismo em um método. A maior parte das discussões sobre Hegel e Marx deixa-se nortear pela conhecida afirmação de Lukács em *História e Consciência de Classe*, que reduz o próprio marxismo a uma questão de método¹⁷, e concentra-se na discussão metódica, esquecendo que a crítica de Marx a Hegel tem duas faces, uma metódica e uma de conteúdo, ou seja, a crítica ao próprio capitalismo.

Diante da prevalência de uma consciência crítica fragmentada, é importante focalizar novamente o todo. Os fenômenos singulares unem-se para formar um todo. O todo, porém, é mais do que a soma das suas partes. As partes singulares escondem sua essência enquanto não são compreendidas a partir do contexto mais global. Por isso Hegel diz com razão: “O verdadeiro é o todo”.¹⁸ Marx e Hegel compartilham a perspectiva filosófica que visa ao todo. A investigação de Marx considera o modo de produção capitalista em sua totalidade, considerando suas contradições e visando à transformação prática do todo, não apenas a melhorias parciais aqui e ali.

Deve-se notar que já não existe mais um amplo discurso marxista público a nível internacional que visa a uma intervenção militante ou que tenha um impulso político no sentido da subversão das relações sociais existentes. Isso não é necessariamente uma coisa má. Pois o silêncio dá tempo e paz para hibernar e trabalhar para construir um novo ponto de partida. O que existe na esquerda dispersa pelo mundo em termos de uma crítica ao capitalismo que visa ao todo pode ser visto no debate de alguns intelectuais e filósofos com Hegel e Marx. A característica específica da crítica que remonta a Hegel e Marx é a fundamentação da crítica político-social numa crítica abrangente do capitalismo. Marx sabia que Hegel não era apenas um pensador conservador. Ele não criticou simplesmente seu idealismo ou sua suposta justificação do Estado prussiano, mas usou sua terminologia saturada de efetividade para decifrar a economia e a política capitalistas. Para Hegel, assim como para Marx, é necessário negar o que se opõe ao pensar racional. Essa negação do negativo é aquilo que liga Marx a Hegel.

Nos artigos que seguem, destacados pesquisadores internacionais de Hegel e Marx examinarão o tema Hegel-Marx seguindo várias direções, sempre de tal forma que a crítica de Marx ao capitalismo ganhe contornos mais nítidos. A abordagem da relação Hegel-Marx é

¹⁷ Georg Lukács. *História e Consciência de Classe. Estudos para a dialética marxista*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019: “A ortodoxia, em questão de marxismo, refere-se, antes, exclusivamente, ao método.” (p. 29).

¹⁸ G.W.F. Hegel. *Phänomenologie des Geistes*. [Fenomenologia do Espírito]. In: Theorie Werkausgabe in 20 Bänden. Eva Moldenhauer, Karl Markus Michel (Orgs.). Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1969s. Vol. 3, p. 23.

desenvolvida a partir de distintas estratégias, dentre as quais cabe destacar: (i) a tentativa de iluminar a crítica de Marx a Hegel defendendo a interpretação de Marx, (ii) a abordagem que visa criticar a crítica de Marx a Hegel e, por fim, (iii) aquela dos autores que, recorrendo a Hegel, fazem correções na teoria de Marx, seja modificando a teoria de Marx, seja empurrando a teoria de Marx junto com a de Hegel para além de si mesma. No espelho da filosofia de Hegel, a teoria de Marx entra numa autocompreensão crítica consigo mesma. Embora bastante geral, essa esquematização possibilita uma taxonomia das pesquisas sobre a temática.

O material que compõe o Dossiê está dividido em cinco seções e numa resenha final:

I. Dialética em Hegel e Marx

II Recepção de Marx da lógica hegeliana

III Conceito de crítica em Hegel e Marx

IV. Marx e a Filosofia do Direito de Hegel

V. Segunda natureza, desenvolvimento tecnológico e pobreza em Hegel e Marx

VI. Resenha

16

Primeira seção: Dialética em Hegel e Marx

A contribuição de *Andreas Arndt* examina o clássico tema da crítica de Marx a Hegel, focando a questão da dialética. A interrogação fundamental do artigo é se Marx logrou apresentar um conceito alternativo de dialética (materialista) frente à dialética (idealista) de Hegel. O núcleo do argumento se constitui em torno da possibilidade ou não de extrair d' *O Capital*, como uma ampla tradição dos estudos marxistas defendeu, uma dialética materialista. O problema de fundo é a discussão do status da lógica frente à filosofia real. Após examinar detidamente os termos da discussão, Arndt postula que o uso de figuras da dialética hegeliana por Marx não leva à fundamentação de uma concepção alternativa de dialética, isto é, a uma dialética materialista. E mais: o uso de figuras da dialética hegeliana por Marx na explanação de contextos da filosofia real não vai além do próprio uso que Hegel faz dessas figuras no desenvolvimento de sua própria filosofia real.

Segundo *Ken Kubota*, Hegel e Marx partilham o conceito de uma teoria dialético-genética das categorias. Indo além da autoentendimento de Marx, discute-se a apresentação dialética do conceito geral de capital a partir da perspectiva de Hegel, com referência a

Adorno, Rubin, Backhaus e Reichelt, por um lado, e aos hegelo-marxistas japoneses Uno e Sekine, por outro. Nesta perspectiva, não apenas são feitas modificações decisivas no desenvolvimento sistemático do conceito de capital de Marx, mas com Uno e Sekine também é esboçado um sistema que vai além de Marx. Com base na *Enciclopédia* de Hegel, esse sistema inclui a lógica, a base da economia política e a superestrutura espiritual-cultural.

Em sua contribuição, *Márcio Schäfer* reconstrói aspectos distintos da recepção da dialética hegeliana por Marx em distintas fases do seu pensamento. Ao tratar de aspectos específicos da dialética de Hegel, Marx igualmente desenvolve concepções distintas de história. O autor argumenta, desse modo, que há uma relação intrínseca entre as concepções de história de Marx e as concepções específicas de dialética tematizadas por Marx nos diferentes períodos de sua produção teórica.

Roberto Robaina trata da relação entre Marx e Hegel abordando o problema da essência da ruptura entre os autores e do eixo em torno do qual se pode definir a existência de uma continuidade. O tema central é a dialética e o método. Para embasar o seu argumento, o autor recorre ao testemunho de Marx acerca da sua diferença filosófica com Hegel, assumindo a tese da reivindicação do materialismo como corrente oposta ao idealismo, do qual Hegel era o principal expoente. A partir daí o autor se concentra na discussão sobre a obra principal de Marx, *O Capital*, e busca mostrar a relação entre a escolha de Marx acerca de como começar sua exposição e o método de Hegel. O autor foca-se na categoria inicial de *O Capital*, a mercadoria, e estabelece uma analogia entre as determinações da mercadoria e as categorias iniciais do primeiro livro da *Ciência da Lógica*, a Doutrina do Ser, afirmando a importância das contradições iniciais para a compreensão do desenvolvimento do movimento do capital.

Em sua contribuição, *Pablo Pulgar Moya* e *Angelo Narváez León* tratam da clássica discussão acerca da “apresentação” como “crítica” na esteira da crítica da Metafísica de Hegel e da Crítica da Economia Política de Marx. Retomando a clássica discussão inaugurada por Michael Theunissen, os autores, após uma exposição do que seria a crítica à metafísica desenvolvida por Hegel na sua apresentação das categorias da lógica, demonstram como esse modelo de crítica é retomado por Marx na Crítica da Economia Política. O ponto de ancoragem é o desenvolvimento da teoria do valor de Marx. Como os autores mostram na segunda metade do artigo, esboçando a apresentação crítica da forma-valor em Marx, a especificidade da junção entre “crítica” e “apresentação” na Crítica da Economia Política de Marx reside no fato de que “crítica” não é uma mera característica da apresentação, mas um componente essencial de sua cientificidade.

Segunda seção: Recepção de Marx da lógica Hegeliana

O eixo que percorre o ensaio de *Christian Iber* é o conceito de dominação e o modo pelo qual a dominação em Hegel e Marx é tematizada e analisada nas suas respectivas obras como dominação da forma, sendo esta última, por sua vez, apreendida como relação contraditória. Na primeira parte da contribuição, a indiferença e a dominação são trabalhadas como aspectos estruturais das formas do pensar na lógica da essência. A novidade do terceiro capítulo sobre o fundamento é examinada em relação à lógica da reflexão e à lógica das determinações de reflexão, expostas no primeiro e no segundo capítulo da *Doutrina da Essência* (1813), respectivamente. Na segunda parte, discute-se a recepção de Marx das categorias do capítulo sobre o fundamento da lógica da essência na análise do capital dos *Grundrisse*. Através disso, coloca-se a questão sobre se Marx conhece um conceito de forma como relacionalidade absoluta em relação ao conceito de forma deficitária da lógica da essência. Na terceira parte, tenta-se esclarecer a questão de um conceito de forma como relacionalidade absoluta em Marx recorrendo à sua análise da forma política revolucionária. O conceito de forma como relacionalidade absoluta revela-se como modo de conceituar a liberdade comunista.

O objetivo do artigo de *Federico Orsini* é analisar as transformações que a categoria de “sem-medida” (*maßlos*) experimenta na transição da *Ciência da Lógica* de Hegel para *O Capital* de Marx. A premissa metodológica da investigação é a ideia de que a exigência de esclarecer o método de *O Capital* traz consigo a necessidade de uma análise comparativa com o método hegeliano. A análise contém duas partes. Na primeira parte, mostra-se como o sem-medida surge nos primeiros capítulos de *O Capital*. Na segunda parte, reconstitui-se a categoria de sem-medida na *Doutrina do Ser* (1832) de Hegel. Nas considerações conclusivas, apontam-se três semelhanças e três diferenças entre as duas figuras do sem-medida em Hegel e em Marx. As semelhanças são: o uso de uma lógica dialética, a interação do qualitativo e do quantitativo, e o princípio da explicitação da coisa mesma. As diferenças decorrem da diferença fundamental entre uma lógica sem-supostos do puro pensar e uma lógica peculiar do objeto peculiar.

Terceira seção: Conceito de crítica em Hegel e Marx

O artigo de *Roberto Fineschi* estuda o conceito de crítica entre Hegel e Marx. Partindo da constatação de que Marx usou frequentemente o termo “crítica” no título de

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 9	n. 18	Outubro 2020	p. 8-24
--------------------------	-------	-------	--------------	---------

muitas suas obras, o artigo objetiva reconstruir o desenvolvimento e as mudanças desse mesmo termo em diferentes fases da investigação de Marx. O foco do autor são as fontes diretas, tais como o debate “crítico” alemão na época do *Vormärz*, e figuras como Strauß, Bruno Bauer, Feuerbach, e Hegel, que constitui um ponto de referência privilegiado da abordagem filosófica de Marx. O artigo de Fineschi mostra como Marx se afastou do significado específico do termo “crítica” que predominava no *Vormärz* e se aproximou da posição hegeliana.

Em seu artigo „Revolution und Geschichtsphilosophie. Zum Begriff der Kritik beim frühen und beim späten Marx” [Revolução e Filosofia da História. Sobre o conceito de crítica no Marx jovem e no Marx tardio], *Georg Spoo* aborda um grande dilema da crítica radical: ou aceitar o padrão de medida do objeto criticado, mas assim perder sua radicalidade, ou fundar sua radicalidade em seus próprios padrões de medida, que então permanecem externos ao objeto criticado. O artigo reconstrói três modelos de crítica na obra juvenil e tardia de Marx. A questão principal não é *o que* Marx critica na sociedade burguesa, mas *como* ele a critica e que respostas ele oferece à aporia da crítica radical.

Quarta seção: Marx e a Filosofia do Direito de Hegel

Eduardo Chagas tematiza a crítica de Marx à inversão hegeliana do homem como sujeito na ideia como sujeito. O autor mostra que não é a Ideia absoluta de Hegel, mas o sujeito humano como sujeito de si que é sujeito de suas ideias e de suas instituições, como a família, a sociedade civil e o Estado. O artigo defende que Marx critica Hegel por este não ter tomado o homem, mas a ideia como central, como sujeito, como princípio produtor, do qual tudo deriva. Em Hegel, a realidade efetiva é a ideia realizada, ideia essa que para Marx, ao contrário, nada mais é do que produto do espírito humano, predicado do sujeito humano. Hegel toma o predicado (a ideia) como independente e o torna sujeito. A ideia hegeliana enquanto sujeito e elemento criador e regulador do mundo, princípio que gera tudo a partir de sua autodeterminação, se assemelha ao ser sobrenatural e sobre-humano (Deus) do Cristianismo, que, em vez de ser produto da criação humana, resultado da vontade imaginária, se converte no ser criador de tudo, do homem e da natureza, que, assim, privados de suas realidades materiais, de suas verdadeiras determinações, aparecem, pois, como manifestações, exteriorizações da ideia, da atividade abstrata da Ideia Absoluta.

Com referência ao início da seção O Estado nas *Linhas fundamentais da Filosofia do Direito* de Hegel, a contribuição de *Friederike Schick* pergunta pelo conteúdo e pela

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 9	n. 18	Outubro 2020	p. 8-24
--------------------------	-------	-------	--------------	---------

validade do comentário crítico de Marx em sua “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”. Na forma em que as determinações da comunidade burguesa são desenvolvidas, Marx observa repetidamente em seu comentário um entrelaçamento de elementos heterogêneos. Por um lado, esses elementos têm origem no nível altamente geral da lógica ou da teoria universal do espírito. Por outro lado, trata-se de traços concretos retirados da pesquisa empírica, que são característicos dos Estados modernos (ou, às vezes, de maneira mais restrita, do Estado prussiano do primeiro terço do século XIX). Esses dois elementos heterogêneos estão, agora, segundo o diagnóstico de Marx, combinados em Hegel de tal forma que o elemento lógico tomado por si parece ser responsável pelo rigor lógico da derivação e pela garantia da racionalidade daquelas determinações, enquanto a série do aparecimento dos elementos empíricos e sua respectiva identificação com um elemento lógico contribuem para a necessária determinação objetiva. Para Marx, o principal problema desta combinação não está no conteúdo dos dois registros tomados por si, mas na própria combinação. O elemento universal não forma o *gênero próximo* do específico. Isso implica graves consequências: a combinação não revela a lógica do objeto, mas apenas cria uma dupla aparência da razão: por um lado, a aparência de uma conexão lógica das determinações conteudísticas, de uma derivação rigorosa, por outro, esse procedimento teórico dá ao próprio objeto a aparência da racionalidade. Isso indica a conexão com uma crítica do próprio objeto. Segundo Marx, não parece inteiramente por acaso que a tentativa de mostrar o Estado burguês moderno como instituição racional acaba por colocá-lo à luz de uma razão que não é a sua; e isso ocorre precisamente porque ele mesmo, quando visto sob essa luz, não é tão racional.

Michael Städtler trata dos problemas da mediação ética da sociedade burguesa em Hegel à luz da crítica de Marx. O conceito de moralidade de Hegel representa uma liberdade substancial, na medida em que ele engloba tanto os princípios morais da sociedade quanto as condições em que eles são realizados. Por causa disso, muitas vezes ele é utilizado como corretivo de patologias sociais. O espírito objetivo, a sociedade organizada pelo direito, é, no entanto, em princípio, contraditório em si mesmo. Nessas contradições, fazem-se valer elementos de dominação no conceito de espírito, que também têm efeito sobre as concepções de reconhecimento e moralidade que são populares hoje em dia na filosofia social. Hegel não reflete suficientemente a dominação especificamente social que é incompatível com os princípios morais no conceito de eticidade. Com a concepção da subsunção real do trabalho sob o capital, Marx consegue fornecer uma explicação sistemática da dominação específica e

institucionalmente mediada na sociedade burguesa. Entretanto, a sociedade burguesa-capitalista e a eticidade revelam-se incompatíveis uma com a outra.

No seu artigo *Steffen Wasko* desenvolve a tese de que a primeira crítica de Marx a Hegel em 1843 o conduz a uma posição anarquista por causa de seu método materialista. Enquanto Marx e Hegel de fato concordam sobre o diagnóstico da crise do seu tempo, seus caminhos divergem claramente na questão de como resolver a crise do social. Marx deve muito à análise de Hegel da separação entre a sociedade burguesa e o Estado moderno, mas para ele a tentativa de Hegel de mediar o social através dos estamentos é insustentável. No entanto, Marx vê o problema principal das *Linhas fundamentais da Filosofia do Direito* no método idealista de Hegel e, portanto, contrapõe à lógica do seu professor o seu próprio método histórico-essencialista. Visivelmente influenciado pelas *Teses ad Feuerbach*, Marx argumenta que o Estado e a sociedade burguesa não podem ser mediados um com o outro e que a forma moderna da alienação e a falta da liberdade persistem necessariamente. Como o Estado e a sociedade burguesa têm diferentes essências, eles não podem ser mediados entre si, e somente uma revolução dessas duas formas do social pode eliminar a alienação moderna. As breves observações de Marx sobre esse estado não alienado da sociedade humana também mostram claras afinidades com as abordagens anarquistas clássicas.

Quinta seção: Segunda natureza, desenvolvimento tecnológico e pobreza em Hegel e Marx

Holger Hagen ocupa-se do conceito de ‘segunda natureza’ em Hegel e Marx. Nos últimos anos, tornou-se cada vez mais conhecido que a filosofia de Hegel tem um papel absolutamente “revolucionário” em relação ao conceito de “segunda natureza”, na medida em que ela parece unir os discursos relevantes – sobre os fenômenos “subjetivos”, como os hábitos, por um lado, e sobre os fenômenos “objetivos”, como a sociedade, o direito e a eticidade, por outro – e, ao mesmo tempo, parece dar ao conceito uma relevância sistemática. Uma análise mais detalhada da conceituação hegeliana, no entanto, mostra que a “segunda natureza” em geral deve ser entendida como um conceito formal cujo conteúdo específico ou contextual não está simplesmente integrado em uma teoria abrangente da “segunda natureza”. A análise sinóptica das diversas áreas temáticas aqui esboçadas, no entanto, nos permite reconstruir o que realmente significa “segunda natureza”, quais semelhanças e diferenças entram em jogo, e como Hegel não apenas combina certos aspectos “subjetivos” e “objetivos” dentro do próprio “espírito objetivo”, mas também os desenvolve sistematicamente.

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 9	n. 18	Outubro 2020	p. 8-24
--------------------------	-------	-------	--------------	---------

O que Hegel apenas acenou em seu estudo da “sociedade burguesa moderna” tornou-se objeto de uma teoria detalhada apenas em Marx: a “segunda natureza” das economias modernas. Portanto, por um lado, a pesquisa de Hegel sobre aspectos de “segunda natureza” parece ser substancialmente continuada por Marx, mas, por outro lado, parece ser abandonada pelo discurso indiferenciado de “contextos naturais”. Uma vez que um exame da teoria de Marx deve rastrear esta contradição e a mudança conceitual subjacente, a análise sinóptica do pensamento de Marx será aprofundada por meio da sua delimitação em relação ao surgimento contemporâneo da “sociologia”, que dava seus primeiros passos com Comte. Desta forma, pode-se finalmente mostrar até que ponto Marx continuou o desenvolvimento inovador hegeliano dos aspectos teórico-sociais da “segunda natureza” e como ele os desdobrou em suas dimensões críticas e históricas.

O artigo de *Roberto Finelli* defende a tese geral de que as novas tecnologias representam um desenvolvimento enorme da humanidade no nível da transmissão e da elaboração das informações. No entanto, por causa do contexto da acumulação capitalista em que essa inovação acontece, ela dá origem a uma antropologia e a uma formação da subjetividade humana em que o “conhecer” prevalece sobre o “sentir”. Dentro desse âmbito de problemas, o ensaio utiliza uma distinção semântica entre “técnica” e “tecnologia” a partir de estímulos presentes nas páginas do Marx tardio, para colocar em questão uma contextualização “humana” e não “capitalista” da tecnologia. Ao mesmo tempo, Finelli empreende uma crítica aprofundada da concepção heideggeriana da técnica e da filosofia francesa da pós-modernidade, acusada de liquidar a hipótese marxiana do capital como verdadeiro sujeito da sociedade moderna e contemporânea, com a sua necessidade intrínseca de criar um mundo cada vez mais homogêneo à sua universalização.

Em seu artigo, *Emmanuel Nakamura* investiga a questão da relação das contradições inerentes à economia de mercado com o surgimento de um novo populismo. Fio condutor da análise é a ideia dos direitos sociais a serem garantidos pela formação de uma vontade política que busca, pela participação no Estado, fazer com que os direitos da classe alijada das vantagens da sociedade-civil burguesa sejam efetivados. Segundo o autor, a emancipação política, alcançada especialmente nos países europeus por meio da política do Estado de bem-estar social, fez com que os direitos sociais se tornassem realidade. O autor explica também o dilema da democracia representativa, pois, por um lado, ela de fato abre o caminho à inclusão das classes socialmente desfavorecidas através da formação de uma vontade política, mas, por outro lado, na ausência de instâncias mediadoras, a plena

integração política dessas classes não logra êxito. O problema reside no fato de que a democracia representativa tem o seu fundamento no voto individual, com o que ela faz desaparecer as instituições sociais mediadoras como “espaço de formação coletiva dos interesses sociais”. Com isso, o autor defende a tese de que a própria democracia representativa acaba interditando a realização das liberdades sociais “em sua forma racional como direitos sociais”.

Ina Schildbach examina as teorias de Hegel e Marx a partir das análises do problema da pobreza oferecidas por ambos os autores. A tese que perpassa seu artigo é que tanto Hegel como Marx se ocuparam do tema da pobreza, mas os meios conceituais para compreender e definir esse problema são distintos, o que leva, por fim, a propostas igualmente diferentes de lidar com esse problema. Para Hegel, a pobreza exprime a situação de uma parcela da sociedade civil-burguesa, ou seja, da classe ligada ao trabalho, que, em virtude das contingências da dinâmica desta mesma sociedade, não consegue mais reproduzir as suas condições materiais de vida. Não que na sociedade civil-burguesa falte a riqueza necessária para essa satisfação – o que caracteriza a diferença deste tipo de pobreza em relação à escassez natural –, mas essa riqueza, com base nos princípios jurídicos do direito de propriedade, não está acessível a esses membros da sociedade. Para a autora, Marx especifica a análise do problema da pobreza ao introduzir os conceitos de pobreza absoluta e pobreza relativa. Com isso, para Marx, a pobreza não surge somente em virtude de certas contingências da sociedade, que impede que uma parte de seus membros possa satisfazer suas necessidades. A pobreza residiria na própria relação de trabalho assalariado, pois, mesmo encontrando um emprego, o trabalhador não deixa de ser pobre. Essa compreensão leva a uma postura distinta em relação ao modo em que esse problema deve ser enfrentado: enquanto Hegel propõe mitigar os efeitos da pobreza pela concepção do Estado como Estado de bem-estar social, para Marx esse problema somente pode ser resolvido com a superação mesma desse Estado e dos princípios jurídicos que sustentam a sociedade civil-burguesa e, assim, desta própria sociedade.

Márcio Schäfer faz uma resenha do livro de Andreas Arndt. *Freiheit [Liberdade]*. Köln: PayRossa Verlag, 2019.

Liberdade é uma palavra ambígua e muitas vezes mal usada. A questão é sempre, que tipo de liberdade se entende. Embora todos os significados de liberdade sejam permeados por uma determinação básica (negativa), a saber, a ausência de coerção, em situações

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 9	n. 18	Outubro 2020	p. 8-24
--------------------------	-------	-------	--------------	---------

histórico-concretas isso pode significar coisas bem diferentes: do privilégio até a “associação de pessoas livres” (Karl Marx). A liberdade é sempre historicamente determinada de forma concreta e, além disso, um fenômeno fugaz não apenas na teoria, mas também na realidade: a liberdade esperada, uma vez conquistada, rapidamente se transforma em dependência. Uma resposta ao porquê disso pode ser encontrada, sobretudo, em Hegel e na tradição do hegelianismo (incluindo a teoria marxiana). A liberdade não é, portanto, um estado, mas, sim, um processo. Ela é apenas como libertação. Quem fala da liberdade deve, portanto, falar principalmente de sua história como uma história da libertação, na qual ela é como em permanente devir e ganha contornos que são também institucionais.

Os estudos aqui reunidos são todas contribuições originais, que, em parte, abordam de modo imanente o tema da relação entre Hegel e Marx, em parte, questões políticas atuais (populismo, o problema da pobreza, novas tecnologias, etc.). No seu conjunto, eles mostram que a discussão da relação entre Hegel e Marx aprofunda a autocompreensão crítica sobre a teoria marxiana e revela novas faces e aspectos da mesma. Nisso reside a atualidade do Dossiê aqui apresentado. Os organizadores esperam que esse número da Revista *Dialectus* seja bem recebido pelos leitores e que dê impulsos para novas discussões no Brasil.

Os organizadores do Dossiê Hegel-Marx gostariam de agradecer aos autores pela sua cordial cooperação e aos editores da revista *Dialectus* por lhes oferecer, generosamente, uma plataforma para a apresentação de suas pesquisas.

Christian Iber, Federico Orsini, Márcio Schäfer, agosto de 2020.